

APENSO V**MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO**

Na composição dos custos da contratação, foram considerados o piso salarial e os demais benefícios estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho 2017/2018, e/ou obtidos em pesquisa de mercado, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho estabelecida, cujos parâmetros foram a descrição detalhada e a complexidade dos serviços, bem como o perfil profissional desejado.

Com efeito, foram analisadas as cláusulas das CCTs 2017/2018, que têm força normativa e definem, de forma explícita, os direitos e as obrigações dos profissionais alocados na prestação dos serviços objeto do Termo de Referência.

Sob esse enfoque, pretende-se mensurar o valor correspondente a cada empregado/mês, que inclui salário e benefícios, insumos diversos, encargos previdenciários e trabalhistas, tributos, de acordo com a jornada de trabalho, tipo de serviço da categoria profissional e incidência de adicionais em alguns cargos.

Lado outro, para a definição da jornada de trabalho, foram observadas as necessidades dos locais de prestação dos serviços, fato que resultou na adoção das seguintes cargas horárias:

- a) 55 (cinquenta e cinco) horas mensais, correspondentes a 11 (onze) horas semanais, de segunda a sexta-feira;
- b) 110 (cento e dez) horas mensais, correspondentes a 22 (vinte e duas) horas semanais, de segunda a sexta-feira;
- c) 150 (cento e cinquenta) horas mensais, correspondentes a 30 (trinta) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira;
- d) 220 (duzentas e vinte) horas mensais, correspondentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sexta-feira;
- e) 12x36 horas, em regime de compensação, de segunda-feira a domingo.

Sendo assim, o custo da contratação ficou estimado conforme quadro abaixo:

LOTE ÚNICO			
Elemento Item		TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
3701	Serviços de Limpeza e Conservação	R\$ 1.014.393,15	R\$ 12.172.717,81
3702	Serviços de Apoio Administrativo - PGJ	R\$ 3.585.595,81	R\$ 43.027.149,74
3702	Serviço de Motoristas - FEPDC	R\$ 103.136,54	R\$ 1.237.638,51
TOTAL GERAL		R\$ 4.703.125,50	R\$ 56.437.506,06

A distribuição destes valores realizou-se conforme exposto a seguir:

- Módulo 1 – Composição da Remuneração
- Módulo 2 – Encargos e Benefícios Mensais e Diários
 - Submódulo 2.1 – Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições
 - Submódulo 2.2 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias
 - Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários
 - Submódulo 2.4 – Quadro Resumo do Módulo 2
- Módulo 3 – Provisão para Rescisão

- Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente
 - Submódulo 4.1 – Ausências Legais
 - Submódulo 4.2 – Intrajornada
 - Submódulo 4.3 – Quadro Resumo do Módulo 4
- Módulo 5 – Insumos Diversos
- Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro
- Quadro Resumo do Custo por Empregado

Cabe registrar que foi utilizada como referência a tributação com base no lucro real para elaboração da memória de cálculo dos custos da contratação, bem como adotadas as alíquotas de PIS e COFINS e utilizado o regime de recolhimento cumulativo conforme previsto na Lei nº 10.637/2002, na Lei nº 10.833/2003 e instruções normativas da Receita Federal (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS). Registra-se que não haverá inclusão nas planilhas de custo dos tributos IRPJ (4,80%) e CSLL (2,88%), com fundamento em manifestações do TCU, no seguinte sentido: - “sendo assente o entendimento de que tais tributos não devem constar dos formulários encaminhados, seja na composição do BDI ou em item específico da planilha (Acórdãos 325/2007-Plenário, 440/2008-Plenário, 2715/2008-Plenário, 1453/2009-Plenário, dentre outros)”. No caso de opção por regime de tributação diverso, caberá aos licitantes preencher a planilha observando as alíquotas correspondentes e apresentar, quando vencedor, documentação comprobatória de opção perante a Receita Federal, nos termos da legislação vigente.

Além disso, foi utilizado como parâmetro temporal, para efeito de cálculo, o período de 12 (doze) meses de vigência inicial do contrato.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Corresponde ao salário dos profissionais alocados pela Contratada para prestação de serviços nas instalações da Contratante, acrescido dos adicionais legais, conforme tabela abaixo:

A - Salário-base
B - Adicional de Periculosidade, art. 193, § 1º, CLT
C - Adicional de Insalubridade, art. 192, CLT
D - Adicional Noturno, art 73, CLT
E - Adicional de Hora Noturna Reduzida
F - Intervalo Intrajornada, art 71, §§ 1º ao 4º, CLT
G - Feriado Nacional - Súmula 444/2012 - TST
H - Adicional de Acúmulo de Função

A) Salário-base

O fundamento legal encontra-se no art. 7º, inciso V, da CF/88.

Para efeito do cálculo dos custos da contratação, a definição dos salários e demais benefícios dos profissionais pertencentes ao quadro de pessoal da Contratada realizou-se mediante a adoção de pisos salariais fixados nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT e/ou através de pesquisa de mercado, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho estabelecida, cujos parâmetros foram a descrição detalhada e a complexidade dos serviços, bem como o perfil profissional desejado.

Os salários acima do piso têm por base os valores de mercado e se justificam pela necessidade de profissionais com habilitação/experiência superior aos que são remunerados pelo piso salarial da categoria, aplicando-se sobre esse valor o reajuste salarial da categoria para os anos subsequentes.

Nesse aspecto, a Contratada fica obrigada a adequar o valor salarial estimado pela Contratante na planilha de formação de preços da contratação, quando detectado que este está diferente do piso da categoria profissional fixado nas respectivas convenções coletivas de trabalho, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente ao cargo contratado. Atualmente, os cargos que estão sendo pagos acima do piso salarial têm amparo no Acórdão n.º 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010, que, em resumo admite o pagamento de remunerações acima do piso salarial de convenções coletivas desde que fundamentadas e constantes do processo licitatório.

A par disso, qualquer modificação do salário praticado nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, desde que devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG ou homologado(s) por ato do Poder Público, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

Constitui, ainda, obrigação da Contratada, adequar a jornada de trabalho estipulada pela Contratante quando detectado que a mesma é diferente da estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

Repassse direto.

B) Adicional de Periculosidade

O adicional de periculosidade é aplicado aos funcionários que atuam em atividades ou operações perigosas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuada, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, através da Portaria n. 3214, NR – 16. A previsão legal encontra-se no inciso XXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal e no Art. 193 da CLT. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário base sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Aplicado ao cargo de Eletricista.

Repassse direto.

C) Adicional de Insalubridade

O adicional de insalubridade é devido ao funcionário que exerce trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, através da Portaria n. 3214, NR – 15. A previsão legal encontra-se no inciso XXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal e no Art. 192 da CLT. O trabalho em condições insalubres assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

É importante salientar que de acordo com o §2º do artigo 193 da CLT, o trabalhador deverá optar por um ou por outro adicional (periculosidade ou insalubridade), quando tiver direito a ambos.

Aplicado aos seguintes cargos: Bombeiro Hidráulico, Jardineiro, Lavador de Veículos, Marceneiro e Pintor.

Repassse direto.

D) Adicional Noturno

O adicional noturno é aplicado aos profissionais que executam atividades no horário noturno, conforme legislação trabalhista (art. 73 da CLT) e Convenção Coletiva de Trabalho. Nos termos da CCT 2017/2018 a hora noturna é fixada em 52 minutos e 30 segundos.

Para efeito do cálculo dos custos da contratação, o trabalho em horário noturno será remunerado com adicional de **20%** (vinte por cento), calculado sobre o valor do salário-hora diurno, observadas as disposições contidas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional alocada e na legislação trabalhista vigente.

Sendo assim, o importe de adicional noturno necessário para a presente contratação foi o resultante da aplicação da seguinte metodologia de cálculo:

[(salário / 220) x 20% x 15,5 x 10,285 = 14,49%], sendo:

a) salário da categoria / 220 horas/mês ou salário da categoria / 210 horas/ mês = equivale ao valor da hora de trabalho diurna considerando-se uma jornada de 220 ou 210 horas mensais, tendo como base o estabelecido em convenção coletiva de trabalho;

b) 20% = percentual de acréscimo para o cálculo do adicional noturno previsto na CCT, calculado sobre o valor da hora diurna;

c) estimativa de 15,5 = número médio de dias trabalhados no mês;

d) estimativa de 10,285 horas: corresponde ao número de horas com adicional noturno por dia de trabalho. Segundo o artigo 73 da CLT a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. Dessa forma, o empregado que trabalhar entre às 22h de um dia e às 5 horas do dia seguinte terá trabalhado 7 horas exatas no relógio, mas deverá receber por 8 horas, considerando-se a redução. Sendo assim, para que seja possível fazer a conversão, deve-se dividir o valor da hora normal (60 minutos) pelo valor da hora reduzida (52,5 minutos), obtendo-se o fator de conversão referente às horas trabalhadas no horário noturno, da seguinte forma: $[60/52,5 = 1,1428]$. Tendo em vista o estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho, no regime de 12 horas de trabalho por 36h de descanso é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 5 horas da manhã, sendo que cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas. Considerando que a jornada de trabalho da categoria a qual se refere a aplicação do adicional noturno será das 22h às 07h do dia seguinte, perfazendo 09 horas normais, deve-se fazer a conversão devida. Com isso tem-se: $[9h \times 1,14 = 10,285]$;

e) número de profissionais = corresponde ao quantitativo de profissionais que executarão serviços em horário noturno, estimado por profissional.

Aplicado ao cargo de Porteiro 12x36h Noturno.

Repasse direto.

E) Adicional de Hora Noturna Reduzida

Hora Noturna Adicional

A jornada de trabalho padrão estabelecida pela Constituição é de 8 horas diárias e limitada em 44 horas semanais.

Algumas jornadas especiais, contudo, são admitidas, sobretudo de modo a satisfazer as necessidades do empregador sem descuidar da proteção ao empregado.

Uma das modalidades de jornada especial é a jornada conhecida como turno de revezamento, que pode ser instituída por acordo ou convenção coletiva.

Assim, entende-se como “hora noturna adicional” aquela proveniente do cálculo da hora ficta na jornada de 12x36 noturna. Levando em consideração que a hora noturna é contada a cada 52 minutos e 30 segundos, importaria ao empregado mais que 12 horas de trabalho, caso ele permanecesse em atividade noturna durante todo o período das 12 horas.

No caso de empregado que trabalha nos sistemas “12 x 36” ou “12 x 48”, vai interessar se existe ou não acordo ou convenção coletiva de trabalho estabelecendo tais regimes. Se houve a pactuação prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal, certamente não se poderá falar em horas extras.

Se, entretanto, esses regimes não foram ajustados mediante acordo ou convenção coletiva (ou se isso não foi provado nos autos), orienta a jurisprudência mais avisada que tem incidência o Enunciado 85 do TST, de modo que seriam devidas não propriamente horas extras, mas tão somente o adicional de horas extras (50%) relativo às horas excedentes da oitava diária.

Na jornada especial 12x36, é condição indispensável a existência de negociação coletiva prévia (acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva), contemplando expressamente a compensação da jornada para aqueles empregados que trabalhem em escala de 12 horas de serviço por 36 de descanso.

Trata-se da jornada na qual o empregado trabalha 12 horas seguidas (sem que tal excesso seja considerado hora extra) e, após, descansa 36 horas.

Nesse caso específico, a empresa deverá calcular as despesas dessa hora incluindo-a no Módulo 6 (custos indiretos), caso entenda necessário.

Aplicado ao cargo de Porteiro 12x36h Noturno.

Repasse direto.

F) Intervalo Intrajornada.

Não se aplica.

G) Feriado Nacional - Súmula 444/2012 – TST

Não se aplica.

Repasse direto.

H) Adicional de Acúmulo de Função

A Convenção Coletiva de Trabalho de 2017/2018 do SEAC/SINDEAC, com abrangência limitada ao município de Belo Horizonte, prevê o adicional por acúmulo de função na Cláusula Décima, estabelecendo que, “quando devidamente autorizado pelo empregador, o empregado que venha a exercer outra função, cumulativamente com suas funções contratuais, terá direito a percepção de adicional correspondente a, no mínimo, 12% (doze por cento) do salário contratado, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro horas) semanais, adicional este a incidir sobre as horas efetivamente trabalhadas na função acumulada, acrescido dos respectivos reflexos”. Dessa forma, utilizou-se tal porcentagem como padrão, no entanto, outra poderá ser utilizada caso exista diferença praticada nas demais Convenções Coletivas de Trabalho.

O adicional será pago a todas as serventes de limpeza do contrato. Para as serventes com jornada de 220h estipulou-se 2 horas de acúmulo de função por dia, para as serventes de limpeza de 150h estipulou-se 1,5h (1hora e 30 minutos) por dia, para as serventes de limpeza de 110h esse valor corresponde a 1h por dia e, por fim, para as serventes de 55h fixou-se esse acúmulo em 0,5h (30 minutos) por dia.

Para efeitos de cálculo, apurou-se o valor da hora trabalhada dividindo-se a remuneração pela carga horária correspondente a cada cargo, multiplicou-se o valor pelas horas de acúmulo referente a cada função, em seguida multiplicou-se pelo percentual de 12% e por fim por 30 dias trabalhados no mês.

Assim, a fórmula referente a esse cálculo será:

Servente 220 horas => $[1/220 \times 2 \times 12\% \times 30 = 3,27\%]$;

Servente 150 horas => $[1/150 \times 1,5 \times 12\% \times 30 = 3,60\%]$;

Servente 110 horas => $[1/110 \times 1 \times 12\% \times 30 = 3,27\%]$; e

Servente 55 horas => $[1/55 \times 0,5 \times 12\% \times 30 = 3,27\%]$

Aplicado aos cargos de Serventes de Limpeza 220h, Serventes de Limpeza 150h, Serventes de Limpeza 110h e Serventes de Limpeza 55h.

Além desses cargos acima citados, os Supervisores de Manutenção de Veículo II também receberão o percentual de acúmulo de função cujo valor se dará pela incidência do percentual de 12% sobre a remuneração do cargo.

Repassa direto.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Corresponde às despesas com o fornecimento de auxílio alimentação (cesta básica e tíquete-refeição), auxílio transporte, auxílio saúde, seguro de vida e outros, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, bem como aos Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições.

2.1 – Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições

Neste submódulo encontram-se elencadas as obrigações sociais, entendidas como as contribuições obrigatórias exigíveis sobre os salários dos empregados:

A - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	20,00%
B - Serviço Social do Comércio – SESC ou SESI	1,50%
C - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC ou SENAI	1,00%
D - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	0,20%
E - Salário-educação	2,50%
F - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8,00%
G – Risco Ambiental do Trabalho - RAT	3,00%
H - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE	0,60%
Total do Submódulo 2.1.	36,80%

O RAT do serviço de apoio e limpeza é 3% (três por cento), conforme dispõe o anexo V do Decreto nº 3.048/1999.

Observação: Caso o FAP (Fator Acidentário de Prevenção) seja superior a 1,00 (um) a empresa deverá suportar o valor da diferença nos Custos Indiretos. Ainda que o FAP seja inferior a 1,00 o percentual do RAT será mantido, pois supõe-se que o valor estará sendo investido na prevenção de acidentes de trabalho.

Os valores desse Submódulo correspondem ao total da remuneração multiplicado pela correspondente alíquota da contribuição.

Fundamento legal das contribuições:

A – INSS: art. 22, inc. I, da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99.

B – SESI ou SESC: art. 30 da Lei nº 8.036/90, art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

C – SENAI ou SENAC, Art.1º, caput do Decreto-Lei nº 6.246/44 e art. 4º, caput, do Decreto-Lei nº 8.621/46, respectivamente. Decretos-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e n. 4.936, de 7 de novembro de 1942

D – INCRA: -Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

E – Salário educação:-Art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82; art. 15 da Lei nº 9.424/96, Lei nº 11.457/07.

F – FGTS: art. 15 da Lei nº 8.036/90 e art. 7º, III, Constituição Federal.

G – RAT: Decreto nº 6.042/2007 e 6.957/2009; art. 22, inc. II, alíneas “a”, “b” e “c” da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.732/98.

H – SEBRAE: art. 8º, § 3º, da Lei nº 8.029/90, Lei nº 11.457/07.

a) Na hipótese de isenção e/ou redução de algum dos encargos sociais, a Contratada deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual desse submódulo.

b) No caso de isenção e/ou redução ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

Repasse direto.

2.2 - 13º Salário e Férias e Adicional de Férias

A – 13º Salário: corresponde ao montante destinado ao pagamento do direito trabalhista previsto no art. 7º, inciso VIII, da CF/88, e corresponde a 1/12 avos da remuneração total por cada mês trabalhado. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

[1/12 = 8,33%].

Conta Vinculada.

B – Férias e Adicional de Férias: Férias corresponde ao montante provisionado para pagamento da remuneração de empregado em gozo de férias que deverá ser substituído por outro profissional no período de sua ausência. O valor mensal corresponde à provisão de 1/12 avos da remuneração

total. Já o adicional de férias corresponde ao montante destinado para pagamento do direito trabalhista previsto no art. 7º, inciso XVII, da CF/88, e arts. 129 a 153 da CLT, e corresponde a 1/3 de 1/12 avos da remuneração total para cada mês trabalhado.

Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[1/12 + 1/3 \times 1/12 = 11,11\%]$$

Conta Vinculada.

C – Incidência Submódulo 2.1 sobre 13º e Adicional: refere-se à incidência de 36,8%, correspondente ao percentual de encargos previdenciários e FGTS, sobre o somatório de 13º Salário e Adicional de Férias. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[36,8\% \times (8,33\% + 11,11\%) = 7,16\%].$$

Conta Vinculada.

2.3 - Benefícios Mensais e Diários

A) Vale-Transporte (Descontada parcela do empregado): corresponde aos valores repassados mensalmente pela Contratada aos empregados alocados na prestação dos serviços de apoio, limpeza e motorista na Contratante e consiste na diferença entre o valor dos vales-transporte fornecidos, deduzida a participação do empregado, mediante comprovação de efetivo fornecimento, e diferindo por localidade da prestação de serviços. Conforme legislação vigente, Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, é de 6% (seis por cento) o valor a ser deduzido do salário básico do empregado (excluídas quaisquer vantagens ou adicionais) como despesa de vale-transporte.

Para composição da planilha de custos realizou-se estatística para se definir os valores das tarifas de vale-transporte a serem aplicadas, diferenciando os dados entre capital e interior. A análise dos dados obtidos identificou que para os postos da capital poderão ser utilizadas duas passagens de R\$ 4,05 e duas de R\$ 2,85 perfazendo um total de R\$ 13,80 por dia trabalhado. Tais valores correspondem às tarifas de vale-transporte do ônibus das linhas principais e das linhas circulares do município de Belo Horizonte respectivamente. Para os postos do interior, verificou-se que poderão ser utilizadas duas passagens de R\$ 4,05 que corresponde à tarifa de vale-transporte do município de Contagem, o que totalizará um valor de R\$ 8,10 por dia de trabalho.

Para efeitos de cálculo tem-se:

Auxílio Transporte (Vale-transporte) = [(nº de empregados x nº de vales fornecidos por dia x valor facial do vale x 20 dias trabalhados no mês).

Realiza-se desconto do montante de 6% do valor do salário sobre o valor total da rubrica de vale-transporte.

Tem-se, portanto:

Capital: [(2 x 4,05 + 2 x 2,85) x 20 x nº de empregados], caso o valor do desconto mencionado (salário x 6%) seja igual ou maior ao valor solicitado pelo empregado este será zerado.

Interior: [(2 x 4,05) x 20 x nº de empregados], caso o valor do desconto mencionado (salário x 6%) seja igual ou maior ao valor solicitado pelo empregado este será zerado.

De acordo com dados estatísticos, calculados pela contratante, verificou-se que, em média, tem-se uma ocorrência de 20 dias úteis por mês. Assim, adotou-se esse quantitativo para fins de composição dos custos.

É importante ressaltar que conforme a Orientação Normativa/SLTI nº 02, de 22 de agosto de 2014, a majoração da tarifa de transporte público nas cidades de Belo Horizonte e Contagem, que foram utilizadas como parâmetro para os cálculos, gera a possibilidade de repactuação do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, e os efeitos financeiros dessa repactuação serão vigentes a partir da efetiva modificação do valor da tarifa.

Além disso, de acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 03, de 10 de setembro de 2014, deverá haver desconto do valor global pago a título de vale-transporte dos valores correspondentes às faltas diárias dos empregados alocados na instituição, bem como dos valores dos empregados que expressamente optarem por não receber o benefício.

Salienta-se também que após doze meses de prestação de serviço e respeitada a atualização monetária, será feita a revisão dos valores/quantidades/frequências correspondentes às médias de fornecimento de vale-transporte caso a Contratante detecte que estão acima da realidade da execução do contrato.

Repasse direto.

B) Vale Alimentação (Descontada parcela do empregado): corresponde aos valores repassados mensalmente pela Contratada aos empregados alocados na prestação dos serviços de apoio, limpeza e motorista nas instalações da Contratante, conforme previsto em lei e/ou estabelecido em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, mediante comprovação de efetivo fornecimento aos empregados, distribuído por localidade da prestação de serviços. O valor previsto atualmente em CCT para participação do empregado sobre os vales-alimentação fornecidos equivale ao percentual de até 20% (vinte por cento) do valor total do benefício. Nesta disputa iremos considerar a participação do funcionário no montante de R\$1,00 (hum real). Na hipótese de impedimento de dedução do percentual indicado, deverá a Contratada apresentar justificativa à Contratante e providenciar, quando cabível, apresentação de documentação comprobatória hábil.

Para efeitos de cálculo o Vale-Alimentação corresponde ao número de empregados multiplicado pelo valor facial e pelos dias úteis trabalhados no mês, realizando-se o desconto de R\$ 1,00 sobre o valor total da rubrica tíquete refeição, salvo disposição em contrário em Acordos e Convenções Coletivas de trabalho.

Portanto, tem-se: $[(n^{\circ} \text{ de empregados} \times \text{valor facial} \times 20 \text{ dias úteis}) - (n^{\circ} \text{ de empregados} \times \text{R\$ } 1,00)]$.

De acordo com dados estatísticos, calculados pela contratante, verificou-se que, em média, há 20 dias úteis por mês. Assim, adotou-se tal valor para fins de composição dos custos.

Apesar das CCTs preverem auxílio alimentação para carga horária acima de 190 horas e para jornada especial 12x36 horas este contrato requer pagamento do benefício a todos os funcionários deste contrato.

Repasse direto.

C) Cesta Básica: Corresponde a valor fixo pago mensalmente pela Contratada a título de auxílio alimentação aos empregados, desde que estes não possuam nenhuma falta injustificada no mês, consoante estabelecido em algumas Convenções Coletivas de Trabalho. Além disso, conforme CCT, não há previsão de participação do empregado sobre essa verba.

Repasse direto.

D) PAF – Programa de Assistência Familiar: Consiste nos valores efetivamente pagos pela Contratada em cumprimento a acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para prestar assistência à saúde e proporcionar lazer e cultura, com o objetivo de suprir tais necessidades dos trabalhadores e de seus dependentes, mediante comprovação de efetivo fornecimento, em benefício aos empregados alocados na prestação dos serviços.

Repasse direto.

E) PQM – Programa de Qualificação e Marketing: Consiste no reembolso dos valores efetivamente pagos pela Contratada em cumprimento a acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para qualificação profissional dos empregados, por meio de promoção de cursos, palestras, seminários e outros eventos que visem intensificar a qualificação e requalificação dos trabalhadores, mediante comprovação de efetivo fornecimento, em benefício aos empregados alocados na prestação dos serviços.

Repasse direto.

F) PAT – Programa de Alimentação do trabalhador Consiste nos valores efetivamente pagos pela Contratada em cumprimento a acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para prestar assistência à alimentação do trabalhador, mediante comprovação de efetivo fornecimento, em benefício aos empregados alocados na prestação dos serviços.

G) Seguro de Vida: corresponde ao reembolso dos valores efetivamente pagos pela Contratada em cumprimento a acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para contratação de Seguro de Vida em favor de todos os empregados, sem qualquer ônus para os trabalhadores, com cobertura vinte e quatro horas por dia, dentro e fora do trabalho, incluídas indenizações, reparações por acidentes e morte, mediante comprovação de efetivo fornecimento, em benefício aos empregados alocados na prestação dos serviços. Para fins de composição de custos considerou-se como sendo de R\$ 4,72 (quatro reais e setenta e dois centavos) o valor desse reembolso tendo como base cotação realizada pela contratante. O reajuste desse valor ocorrerá anualmente de acordo com o IPCA, mediante solicitação da contratada.

Repasse direto

H) Despesa de Viagem: As despesas de viagem destinam-se a indenizar o empregado pelos gastos extraordinários com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, durante o período de deslocamento, em objeto de serviço de interesse da administração pública, do funcionário fora da localidade onde tem exercício.

A concessão de despesa de viagem deve estar consignada à informação consubstanciada de eventos motivadores dos deslocamentos.

Não haverá pagamento de despesa de viagem quando o deslocamento da sede ocorrer dentro da Região Metropolitana ou dentro da mesma comarca.

O valor estimado para compor os custos da contratação relativos a essa rubrica foi baseado em estatística e histórico de contratações anteriores. Assim, previu-se o valor de R\$ 68,71 para cada um dos postos de Apoio Administrativo da Capital, exceto motoristas, o valor de R\$10,19 para cada um dos postos de Conservação e Limpeza da Capital e o valor de R\$ 293,88 para cada um dos postos de Motoristas da Capital e do interior.

A Contratada concederá adiantamento financeiro aos empregados alocados na prestação de serviços conforme as regras estabelecidas em contrato.

Repasse direto.

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos, Benefícios Mensais e Diários

Este submódulo contém quadro-resumo dos custos referentes aos encargos e benefícios mensais e diários da contratação.

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Mensais e Diários	%
2.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	36,80%
2.2 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	26,60%
2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Variável
Total do Módulo 2	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Os percentuais a serem aplicados nos encargos deste módulo foram obtidos com base em diferentes fórmulas de cálculo, fundamentadas em índices estatísticos.

A – Aviso Prévio Indenizado (API) e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado: corresponde ao direito do empregado ao recebimento do salário referente ao aviso prévio não trabalhado devido à ausência de concessão por parte do empregador. Fundamento legal: art. 7º, inciso XXI, CF/88; arts. 477 e 487 da CLT. De acordo com a Lei 12.506/2011 o aviso prévio será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que tenham até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, e serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.

O Reflexo do Aviso Prévio Indenizado – API – corresponde à provisão de valores para reembolso à Contratada dos custos proporcionais ao 13º salário, férias e adicional de férias do aviso prévio não trabalhado.

Dessa forma, o valor mensal para fins de composição dos custos corresponde a 1/12 avos do valor total da remuneração multiplicado pelo índice de 5% (baseado em histórico de contratações anteriores e nos percentuais aplicados nos contratos do Tribunal de Contas da União), adicionado aos reflexos do API que são multiplicados, também, pelo índice de ocorrências (5%) à proporção de 1/12 avos.

Além disso, atendendo ao que dispõe a Lei 12.506/2011, foram acrescidos os 3 (três) dias por ano de serviço, multiplicados por 5 (cinco) anos (prazo máximo de prorrogação contratual) e dividido por 60 meses que corresponde ao rateio pelo número meses máximo da prorrogação contratual, visto que esse acréscimo ocorre a cada ano trabalhado, ficando da seguinte forma: $[API/30 \times 3 \times 5]/60$.

Portanto, para o cálculo dessa provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(1/12 \times 5\%) + ((1+1+1/3) \times 1/12) \times (5\%/12)] + [(1/12 \times 5\%) + ((1+1+1/3) \times 1/12) \times (5\%/12)] / 30 \times 3 \times 5 / 60 = 0,50\%.$$

Repasse direto.

B – Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado: Corresponde à provisão de valores para reembolso à Contratada apenas do FGTS incidente sobre o Aviso Prévio Indenizado e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado. Obtém-se o índice multiplicando-se a alíquota de recolhimento mensal do FGTS (8%) pelo percentual do Aviso Prévio Indenizado e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado:

$$[8,00\% \times 0,50\% = 0,04\%].$$

Repasse direto.

C – Multa do FGTS e Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado: trata-se de indenização por rescisão sem justa causa quando o aviso prévio é indenizado e não trabalhado; equivale a 50% (cinquenta por cento) do valor dos depósitos realizados na conta vinculada do empregado durante a vigência do contrato. Fundamento legal: art. 18, §1º, da Lei 8.036/90, Lei nº 9.491/97 e Lei Complementar nº 110/01. O cálculo é feito multiplicando o valor do API e seus reflexos pela alíquota de recolhimento mensal do FGTS (8%) e, em seguida, pela porcentagem da multa sobre o FGTS (40%) e Contribuição Social (10%). Sendo assim, o cálculo dessa provisão corresponde a:

$$[(1/12 \times 5\%) + ((1+1+1/3) \times 1/12) \times (5\%/12)] + [(1/12 \times 5\%) + ((1+1+1/3) \times 1/12) \times (5\%/12)] / 30 \times 3 \times 5 / 60 \times 8\% \times 50\% = 0,02\%.$$

Repasse direto.

D – Aviso Prévio Trabalhado - APT: corresponde à previsão do custo para pagamento do período em que o empregado poderá ausentar-se do serviço durante o cumprimento de aviso prévio. Fundamento legal: art. 7º, inciso XXI, CF/88, arts. 477 e 488 da CLT. O cálculo deste item é feito mediante apuração do custo de 7 (sete) dias de trabalho (7/30 avos da remuneração total), à proporção de 5 anos ou 60 meses (prazo máximo de prorrogação contratual), multiplicado pelo índice de **90%** (baseado em histórico de contratações anteriores). Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(1/30 \times 7) \times 90\% / 60 = 0,35\%].$$

Repasse direto.

E – Incidência submódulo 2.1 sobre APT: refere-se à incidência de 36,8%, correspondente ao percentual de encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições, sobre o valor obtido no item D do Módulo 3. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[36,80\% \times 0,35\% = 0,13\%].$$

Repasse direto.

F – Multa do FGTS e Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado: o cálculo é feito multiplicando o valor da remuneração total e seus reflexos (13º, férias e adicional de férias) pela alíquota de recolhimento mensal do FGTS (8%) e, em seguida, pela porcentagem da multa sobre o FGTS (40%) e Contribuição Social (10%) e, por fim, pela porcentagem do total de empregados dispensados sem justa causa e que cumprem aviso prévio, o que corresponde a 90%, de acordo com histórico de contratações anteriores. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[0,5 \times 0,08 \times 0,90 \times (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3/12) = 4,30\%].$$

Conta Vinculada.

G – Indenização Adicional (Art. 9º da Lei nº 7.238/84): Corresponde à indenização devida ao funcionário dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial. A indenização adicional é equivalente a um salário mensal, seja ele optante ou não pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Fundamento Legal: Art. 9º da Lei nº 7.238 de 1984. O índice de ocorrência de pessoas demitidas nessa situação e que receberiam a referida multa chega a 2%, baseado em histórico de contratações anteriores. O valor dessa verba é realizado a partir da multiplicação de um salário pelo índice de 2% dividido em 12 meses. Para o cálculo desta provisão tem-se:

$$[(1 \times 2\%) / 12 = 0,17\%].$$

Repasse direto.

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Os percentuais a serem aplicados nos itens deste submódulo foram obtidos com base em diferentes fórmulas de cálculo, fundamentadas em índices estatísticos.

Salienta-se que os itens dispostos neste submódulo visam contemplar as ausências de empregados ou são referentes a pagamento de direitos trabalhistas.

4.1 – Ausências Legais

A – Ausência por Doença: corresponde ao custo mensal com substitutos devido a faltas de empregados por motivo de doença. Apura-se o custo diário do empregado (1/30 avos da remuneração total), à proporção de 1/12 avos por cada mês de vigência do contrato, e multiplica-se o resultado por 5 que corresponde à média de faltas anuais de cada trabalhador, conforme disposto

no Acórdão do TCU (1904/2007) fundamentado em estudo do IBGE. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(1/30) \times 5/12 = 1,39\%].$$

Repasse direto.

B - Ausências Legais: As ausências legais correspondem aos custos com substituto de empregado ausente por evento justificado em lei. Fundamento legal: arts. 473 e 822 da CLT. Apura-se o custo diário da remuneração do empregado (1/30 avos da remuneração total), à proporção de 1/12 avos por cada mês de vigência do contrato, e multiplica-se o resultado pela quantidade média de faltas anuais. Conforme dados estatísticos dispostos no Acórdão do TCU (1904/2007) baseados em estudos do Ministério da Previdência, a quantidade média de faltas anuais é de 2,96 dias.

Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(2,96/30/12) = 0,82\%].$$

Repasse direto.

C – Licença Paternidade: A licença paternidade corresponde aos custos com substituto de empregado em gozo de licença paternidade e consiste na ausência durante 5 (cinco) dias corridos iniciados no dia do nascimento do filho. Fundamento legal: art. 7º, inciso XIX, e art. 10, §1º, da ADCT, ambos da CF/88. Para fins de composição dos custos utilizou-se a divisão das ausências por 30 dias, para um período de 12 meses, multiplicado pela remuneração e pelo índice de 1,5% que se refere à média de trabalhadores que são pais durante o ano, conforme disposto no Acórdão do TCU (1904/2007) fundamentado em estudo do IBGE. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(5/30/12 \times 1,5\%) = 0,02\%].$$

Repasse direto.

D – Ausência por Acidente de Trabalho: corresponde aos custos com substituto durante os 15 (quinze) primeiros dias do afastamento de empregado em razão de acidente de trabalho. Fundamento legal: Art. 60, §3º, da Lei nº 8.213/91. Conforme dados estatísticos, elencados no Acórdão do TCU (1904/2007), e baseados em estudos do IBGE, considera-se que **8%** dos empregados sofrem acidente de trabalho no período de um ano. Para efeito de cálculo, apura-se o custo diário da remuneração do empregado (1/30 avos da remuneração total), à proporção de 1/12 avos por cada mês de vigência do contrato, e multiplica-se o resultado pelo número de dias de afastamento (15 dias) e, em seguida, pela porcentagem de empregados que sofrem acidente de trabalho durante o ano (8%). Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[(1/30) \times 15 \times 8\% / 12 = 0,33\%].$$

Repasse direto.

E – Férias, Adicional de Férias e 13º salário do substituto de Afast. Maternidade: corresponde ao custo de férias, terço constitucional (adicional de férias) e 13º salário com o empregado substituto durante o período em que a empregada substituída estiver em gozo de licença-maternidade (120 dias/4 meses). O valor mensal corresponde a 1/12 avos do valor das férias (total da remuneração), do terço constitucional para cada mês de licença-maternidade e 1/12 avos do valor do 13º salário, multiplicado pelos 4 meses de licença à proporção de 1/12 e pelo índice de **2%**, baseado em estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU), e que corresponde ao índice anual de licença maternidade. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[((1/12 + 1/3/12 + 1/12) \times 4/12) \times 2\% = 0,13\%].$$

Repasse direto.

F – Incidência submódulo 2.1 sobre custo de reposição: refere-se à incidência de 36,8%, correspondente ao percentual de encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições sobre o somatório dos itens A, B, C, D e E do submódulo 4.1. Para o cálculo desta provisão na planilha de custos tem-se:

$$[36,80\% \times (1,39\% + 0,82\% + 0,02\% + 0,33\% + 0,13\%) = 0,99\%].$$

Repassse direto.

4.2 – Intra jornada

A - Intervalo para Repouso ou Alimentação

Corresponde ao valor previsto para pagamento dos custos referentes aos intervalos intrajornadas, quando não há concessão de intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 hora contínua aos empregados. Nessa hipótese, haverá indenização do período suprimido, com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. O fundamento legal encontra-se no art. 71, §§ 1º ao 4º, da CLT. Para efeito de cálculo foi estimado pagamento do intervalo intrajornada para todos esses postos e utilizada a seguinte metodologia de cálculo:

Porteiro 220h: $[1/220 \times 20 \times 1,5 = 13,64\%]$

Porteiro 12x36h Diurno: $[1/220 \times 15,5 \times 1,5 = 10,57\%$ ou $1/210 \times 15,5 \times 1,5 = 11,07\%]$

Porteiro 12x36h Noturno: $[1/220 \times 15,5 \times 1,5 = 10,57\%$ ou $1/210 \times 15,5 \times 1,5 = 11,07\%]$

sendo que:

a) efetua-se o cálculo do valor da hora de trabalho, dividindo a remuneração total, conforme jornada, por 220 ou 210 horas de trabalho mensal, conforme estabelecido na CCT;

b) apura-se o número de horas de intrajornada concedidas mensalmente aos funcionários da jornada 12 x 36 diurno e noturno;

c) apura-se o número de horas de intrajornada concedidas mensalmente para os funcionários da jornada 220 horas;

d) para efeito de cálculo, estimou-se que os porteiros que cumprem jornada de trabalho 12 x 36 diurno e noturno têm 15,5h (15 horas e 30 minutos) de intervalo intrajornada por mês em média e que os funcionários de jornada 220 horas têm 20h (vinte horas) de intervalo intrajornada por mês, em média.

e) o percentual apurado é multiplicado pela remuneração obtida no módulo 1.

4.3 – Resumo do Módulo 4

Este submódulo contém quadro-resumo dos custos referentes as Ausências Legais e Intra jornada da contratação.

Resumo do Módulo 4	%
4.1 - Ausências Legais	3,69%
4.2 - Intra jornada	Variável

Total	Variável
-------	----------

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Corresponde ao pagamento à Contratada do valor referente ao fornecimento de uniformes e EPIs, materiais de consumo e produtos de limpeza. Corresponde também aos valores de depreciação mensal de máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviço.

A – Uniformes e EPIs: corresponde ao valor referente ao custo dos uniformes fornecidos aos empregados e que deve ser ressarcido à Contratada, mediante comprovação da efetiva entrega e conforme valor constante na proposta vencedora. Para efeito de elaboração da planilha de cálculo de custo mensal por localidade/jornada, foi distribuído o custo total dos uniformes pelo número de empregados previstos, à proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de vigência do contrato. Registra-se que o faturamento dos custos referentes a uniformes deverá dar-se de forma integral.

Portanto, tem-se: $[(\text{total gasto com uniforme por ano e por cargo} / 12 \text{ meses} / \text{n}^\circ \text{ de empregados daquele posto})] = \text{valor por empregado por mês, conforme Apenso VIII – Preços de Uniformes e EPIs - EPCs.}$

Repasse direto.

B – Materiais de Consumo: Corresponderá a um valor fixo de referência. Este valor tem por base o Apenso IX – Preços de Materiais de Consumo.

Conforme levantamento realizado por parte da equipe técnica da Contratante, de quantitativo necessário e cotações de preço, chegou-se a um total para os itens listados conforme Apenso IX – Preços de Materiais de Consumo, o qual foi dividido proporcionalmente à carga horária e números de postos, conforme quantitativo de pessoal e assim feito média ponderada. Para fins de demonstração, o cálculo do valor para este tópico varia conforme a jornada de trabalho e foi realizado da seguinte forma:

Cargos de Servente de Limpeza:

-> Valor total anual da lista de material de consumo/12 meses no ano/nº total de horas trabalhadas no mês **$([168 \times 220h + 2 \times 150h + 41 \times 110h + 68 \times 55h = 45.510h])$** ;

-> Considerando esse somatório, dividimos o total de despesa financeira necessária e obtivemos o valor por hora que multiplicada às respectivas cargas horárias, ou seja 220, 150, 110 e 55 horas, chegamos a R\$7,93, R\$5,41, R\$3,96 e R\$1,98, respectivamente.

Resumindo:

- Valor total da lista de material de consumo – para apurar o valor mensal da lista;
- Divide-se o valor do item “a” pelo nº total de horas trabalhadas no mês, considerando o somatório de todas as jornadas de trabalho para encontrar o valor do material por hora;
- Por fim, para calcular o valor do material para cada jornada multiplique-se o valor do item “b” por 220h, 150h, 110h ou 55h.

Repasse direto.

C – Máquinas e Equipamentos (depreciação): corresponde ao valor relativo à depreciação mensal dos bens disponibilizados na prestação dos serviços, à proporção de 1/60 avos do valor do bem, que será repassado à Contratada. Para cálculo do valor a ser depreciado, deverão ser considerados somente aqueles equipamentos comprovadamente adquiridos no prazo inferior a 60 (sessenta) meses da data do respectivo faturamento. A base de cálculo do valor a ser depreciado será o valor que ganhará a licitação, observado o valor máximo previsto no Apenso XI - Preços de Máquinas e Equipamentos – Depreciação Mensal.

Repasse direto.

D- Produtos de Limpeza e Material de Higiene Pessoal: corresponde ao valor repassado mensalmente à Contratada relativo ao fornecimento de produtos de limpeza e material de higiene pessoal, consoante preço máximo estabelecido no Apenso X – Preços de Produtos de Limpeza e de Materiais de Higiene Pessoal. O cálculo para estimativa do valor que irá compor os custos da contratação desse item se baseou na mesma metodologia utilizada para Materiais de Consumo, ou seja, dividiu-se o montante total proporcionalmente à carga horária e números de postos das serventes de limpeza e aplicou-se média ponderada. Assim, o cálculo do valor para este tópico variará conforme a jornada de trabalho praticada.

Repasse direto.

E – Outros (especificar): Não se aplica.

Observação: Para fins de formulação de proposta, as especificações mínimas e os preços máximos a serem aceitos, para os itens que compõem o Módulo 5, serão aqueles estimados através dos apensos: VIII – Preços de Uniformes e EPIs-EPCs, IX – Preços de Materiais de Consumo, X – Preços de Produtos de Limpeza e de Materiais de Higiene e XI – Preços de Máquinas e Equipamentos – Depreciação Mensal. O reajuste dos valores constantes desse módulo ocorrerá anualmente de acordo com o IPCA, mediante solicitação da contratada

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Este módulo compreende os custos indiretos do negócio, o lucro da empresa e valores referentes a tributos incidentes na prestação dos serviços.

A – Custos Indiretos: corresponde aos custos de ordem geral referentes à administração do negócio (ex.: material de expediente, salários indiretos, energia elétrica, água, aluguel etc.). Apura-se o valor mediante aplicação do percentual utilizado na proposta vencedora sobre os **Custos Diretos** apurados pelo somatório do Módulo 1, Módulo 2, Módulo 3 e Módulo 4 e dividindo-se o resultado pelo número total de postos previstos para contratação. Para efeito de elaboração da planilha foi considerado índice máximo de **6,00%** (seis por cento) para os custos indiretos, haja vista a média aplicada no mercado e histórico observado em contratações anteriores. É importante salientar que deverão ser apurados dois valores, sendo um para os cargos de apoio e outro para os cargos de limpeza, os quais serão fixos por posto até o final do contrato. O reajuste desses valores ocorrerá anualmente de acordo com o IPCA, mediante solicitação da contratada. Dessa forma, para fins de composição da planilha de custos tem-se:

Apoio: $[6\% \times (R\$2.888.723,64/706) = R\$245,50]$

Limpeza: $[6\% \times (R\$799.570,02/285) = R\$168,33]$

B – Lucro: a base para o cálculo do lucro corresponde à incidência de percentual do lucro, constante na proposta vencedora, sobre o somatório dos **Custos Diretos** apurados no subtotal do Módulo 1, Módulo 2, Módulo 3 e Módulo 4 e dos **Custos Indiretos**, dividindo-se o resultado pelo número total de postos da presente contratação. Para efeito de composição dos custos foi considerado o percentual máximo de **4,00%** (quatro por cento) para o lucro da empresa, haja vista a média aplicada no mercado e histórico observado em contratações anteriores. É importante salientar que deverão ser apurados dois valores, sendo um para os cargos de apoio e outro para os cargos de limpeza, os quais serão fixos por posto até o final do contrato. O reajuste desses valores ocorrerá anualmente

de acordo com o IPCA, mediante solicitação da contratada. Dessa forma, para fins de composição da planilha de custos, tem-se:

Apoio: $[4\% \times (\text{R\$}2.888.723,64 + 173.323,42) / 706 = \text{R\$}173,49]$

Limpeza: $[4\% \times (\text{R\$}799.570,02 + 47974,20) / 285 = \text{R\$} 118,95]$

C - Tributos: compreende os tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, de acordo com o regime de tributação de cada empresa participante. Para composição da planilha de custos os tributos foram definidos utilizando-se o regime de tributação do Lucro REAL, no entanto, o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato. O fator de divisão que é a base para o cálculo da tributação é estimado a partir das alíquotas dos tributos incidentes na prestação dos serviços e é resultado da seguinte fórmula:

$\text{Fator} = [(100 - (\text{PIS} + \text{Cofins} + \text{ISS})) / 100]$
--

C.1 – Tributo Federal (PIS): corresponde à incidência das alíquotas do PIS sobre o valor da base para cálculo dos tributos. Utilizou-se as alíquotas de 1,65% para o PIS, conforme Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003, sobre o custo total do serviço.

C.2 – Tributo Federal (COFINS): corresponde à incidência das alíquotas do COFINS sobre o valor da base para cálculo dos tributos. Utilizou-se as alíquotas de 7,60% para a COFINS, conforme Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003, sobre o custo total do serviço.

C.3 – Tributos Municipais (ISS): corresponde à incidência da alíquota do ISS, variável de 2% a 5%, conforme a localidade de prestação dos serviços, sobre o valor da base para cálculo dos tributos.

Observações finais:

Os percentuais utilizados para Custos Indiretos e Lucro serão aplicados durante todo o período de vigência do contrato e os valores correspondentes apurados na proposta serão fixos, para cada posto, podendo ser reajustados anualmente pelo IPCA.

As despesas não previstas na planilha de custos deverão ser alocadas no percentual de Custos Indiretos.

A planilha deverá ser preenchida conforme o regime de tributação de cada empresa participante, cabendo ao licitante vencedor apresentar à Contratante a documentação de opção de regime perante a Receita Federal.

Tabela de itens fixos e variáveis para apresentação de proposta	
Módulo 1	Valores fixos
Módulo 2	Valores fixos
Módulo 3	Valores fixos
Módulo 4	Valores fixos
Módulo 5	Valores fixos
Módulo 6	Valores variáveis

O licitante vencedor deverá apresentar planilha de custo total e planilhas de custos por localidade, que deverão conter os custos unitários por tipo de jornada de trabalho e o custo total nessa localidade.

As regras atinentes à Conta Vinculada estão descritas em cláusula contratual específica.

As planilhas correspondentes às prestações de contas das verbas que são de repasse direto, bem como a planilha de faturamento mensal de prestação de serviço deverão seguir padrão estipulado pela Contratante e deverão ser readaptadas sempre que houver necessidade, visando facilitar as conferências.

O valor mensal corresponderá ao previsto no **Módulo 1 – Composição da Remuneração**; considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, demissões, etc., acrescida do **Módulo 2 - Encargos e Benefícios Mensais e Diários**; **Submódulo 2.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições**; **Submódulo 2.2 - 13º Salário Férias e Adicional de Férias**, estes em depositados em Conta Vinculada; **Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**; **Módulo 3 - Provisão para Rescisão**, exceto Multa do FGTS e Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado que serão depositados em Conta Vinculada; **Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**; **Submódulo 4.1 - Ausências Legais**; **Submódulo 4.2 - Intra jornada**; **Módulo 5 - Insumos Diversos**; **Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**.

Para fins de ilustração replica-se a planilha de custo com as indicações.

ANEXO VI - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
A	Localidade	
B	Tipo de serviço	
C	Salário Nominativo da Categoria Profissional	
D	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
E	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	
A	Salário Base	REPASSE DIRETO
B	Adicional Periculosidade	REPASSE DIRETO
C	Adicional Insalubridade	REPASSE DIRETO
D	Adicional Noturno	REPASSE DIRETO
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	REPASSE DIRETO
F	Intervalo Intra jornada	REPASSE DIRETO
G	Feriado Nacional - Súmula 444/2012 - TST	REPASSE DIRETO
H	Adicional de Acúmulo de função	REPASSE DIRETO
Total do Módulo 1		REPASSE DIRETO
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
2.1	Submódulo 2.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	
A	INSS	REPASSE DIRETO
B	SESI OU SENAC	REPASSE DIRETO
C	SENAI OU SENAC	REPASSE DIRETO
D	INCRA	REPASSE DIRETO
E	Salário Educação	REPASSE DIRETO
F	FGTS	REPASSE DIRETO
G	RAT	REPASSE DIRETO
H	SEBRAE	REPASSE DIRETO
Total do Submódulo 2.1		REPASSE DIRETO
2.2	Submódulo 2.2 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
A	13º salário (titular)	CONTA VINCULADA
B	Férias e Adicional de Férias (titular)	CONTA VINCULADA
C	Incidência do Submódulo 2.1 sobre 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	CONTA VINCULADA
Total do Submódulo 2.2		CONTA VINCULADA

2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	
A	Vale - Transporte (Descontada parcela do empregado)	REPASSE DIRETO
B	Vale - Alimentação (Descontada parcela do empregado)	REPASSE DIRETO
C	Cesta Básica	REPASSE DIRETO
D	PAF	REPASSE DIRETO
E	PQM	REPASSE DIRETO
F	PAT	REPASSE DIRETO
G	Seguro de Vida	REPASSE DIRETO
H	Despesas de Viagem	REPASSE DIRETO
Total do Submódulo 2.3		REPASSE DIRETO
2.4	Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Mensais e Diários	
2.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	REPASSE DIRETO
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	CONTA VINCULADA
2.3	Benefícios Mensais e Diários	REPASSE DIRETO
Total do Módulo 2		MISTO
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	
A	Aviso Prévio Indenizado (API) e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado	REPASSE DIRETO
B	Incidência do FGTS sobre API e Reflexo do API	REPASSE DIRETO
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	REPASSE DIRETO
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT	REPASSE DIRETO
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.1 sobre Aviso Prévio Trabalhado	REPASSE DIRETO
F	Multa do FGTS e Contribuição Social - Rescisão sem Justa Causa	CONTA VINCULADA
G	Indenização Adicional (Art. 9º da Lei nº 7.238/84)	REPASSE DIRETO
Total do Módulo 3		MISTO
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	
A	Ausência por Doença	REPASSE DIRETO
B	Ausências Legais	REPASSE DIRETO
C	Licença Paternidade	REPASSE DIRETO
D	Ausência por Acidente de Trabalho	REPASSE DIRETO
E	Férias, Adicional de Férias e 13º c/ empregada em gozo Lic. Maternidade	REPASSE DIRETO
F	Incidência do Submódulo 2.1 sobre Ausências Legais	REPASSE DIRETO
Total do Submódulo 4.1		REPASSE DIRETO
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	REPASSE DIRETO
Total do Submódulo 4.2		REPASSE DIRETO
4.3	Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
4.1	Ausências Legais	REPASSE DIRETO
4.2	Intra jornada	REPASSE DIRETO
Total do Módulo 4		REPASSE DIRETO
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	
A	Uniformes e EPIs	REPASSE DIRETO
B	Materiais de Consumo	REPASSE DIRETO
C	Máquinas e Equipamentos (depreciação)	REPASSE DIRETO
D	Produtos de Limpeza e Materiais de Higiene Pessoal	REPASSE DIRETO
E	Outros (especificar)	REPASSE DIRETO
Total do Módulo 5		REPASSE DIRETO
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	

A	Custos Indiretos	REPASSE DIRETO
B	Lucro	REPASSE DIRETO
C	Tributos	
C.1	PIS	REPASSE DIRETO
C.2	COFINS	REPASSE DIRETO
C.3	ISS	REPASSE DIRETO
	Total Tributos	REPASSE DIRETO
	Total do Módulo 6	REPASSE DIRETO

O repasse mensal das verbas será conforme ilustrado na planilha a seguir, cuja legenda encontra-se ao final:

ANEXO VI - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
A	Localidade	
B	Tipo de serviço	
C	Salário Nominativo da Categoria Profissional	
D	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
E	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	
A	Salário Base	PRO RATA DIE - 30
B	Adicional Periculosidade	PRO RATA DIE - 30
C	Adicional Insalubridade	PRO RATA DIE - 30
D	Adicional Noturno	PRO RATA DIE - 30
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	PRO RATA DIE - 30
F	Intervalo Intrajornada	PRO RATA DIE - 30
G	Feriado Nacional - Súmula 444/2012 - TST	PRO RATA DIE - 30
H	Adicional de Acúmulo de função	PRO RATA DIE - 30
	Total do Módulo 1	PRO RATA DIE - 30
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS		
2.1	Submódulo 2.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	
A	INSS	PRO RATA DIE - 30
B	SESI OU SENAC	PRO RATA DIE - 30
C	SENAI OU SENAC	PRO RATA DIE - 30
D	INCRA	PRO RATA DIE - 30
E	Salário Educação	PRO RATA DIE - 30
F	FGTS	PRO RATA DIE - 30
G	RAT	PRO RATA DIE - 30
H	SEBRAE	PRO RATA DIE - 30
	Total do Submódulo 2.1	PRO RATA DIE - 30
2.2	Submódulo 2.2 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
A	13º salário (titular)	INTEGRAL**
B	Férias e Adicional de Férias (titular)	INTEGRAL**
C	Incidência do Submódulo 2.1 sobre 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	INTEGRAL**
	Total do Submódulo 2.2	INTEGRAL**
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	
A	Vale - Transporte (Descontada parcela do empregado)	PRO RATA DIE - 20
B	Vale - Alimentação (Descontada parcela do empregado)	PRO RATA DIE - 20
C	Cesta Básica	INTEGRAL

D	PAF	INTEGRAL
E	PQM	INTEGRAL
F	PAT	INTEGRAL
G	Seguro de Vida	INTEGRAL
H	Despesas de Viagem	INTEGRAL
Total do Submódulo 2.3		MISTO
2.4	Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Mensais e Diários	
2.1	Encargos Previdenciários, FGTS e Outras Contribuições	PRO RATA DIE - 30
2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	INTEGRAL**
2.3	Benefícios Mensais e Diários	PRO RATA DIE – 20 / INTEGRAL
Total do Módulo 2		MISTO
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	Provisão para Rescisão	
A	Aviso Prévio Indenizado (API) e Reflexo do Aviso Prévio Indenizado	INTEGRAL
B	Incidência do FGTS sobre API e Reflexo do API	INTEGRAL
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	INTEGRAL
D	Aviso Prévio Trabalhado - APT	INTEGRAL
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.1 sobre Aviso Prévio Trabalhado	INTEGRAL
F	Multa do FGTS e Contribuição Social - Rescisão sem Justa Causa	INTEGRAL**
G	Indenização Adicional (Art. 9º da Lei nº 7.238/84)	INTEGRAL
Total do Módulo 3		INTEGRAL
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	
A	Ausência por Doença	INTEGRAL
B	Ausências Legais	INTEGRAL
C	Licença Paternidade	INTEGRAL
D	Ausência por Acidente de Trabalho	INTEGRAL
E	Férias, Adicional de Férias e 13º c/ empregada em gozo Lic. Maternidade	INTEGRAL
F	Incidência do Submódulo 2.1 sobre Ausências Legais	INTEGRAL
Total do Submódulo 4.1		INTEGRAL
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	INTEGRAL
Total do Submódulo 4.2		INTEGRAL
4.3	Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
4.1	Ausências Legais	INTEGRAL
4.2	Intra jornada	INTEGRAL
Total do Módulo 4		INTEGRAL
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	
A	Uniformes e EPIs	INTEGRAL
B	Materiais de Consumo	INTEGRAL
C	Máquinas e Equipamentos (depreciação)	INTEGRAL
D	Produtos de Limpeza e Materiais de Higiene Pessoal	INTEGRAL
E	Outros (especificar)	NÃO SE APLICA
Total do Módulo 5		INTEGRAL
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
A	Custos Indiretos	INTEGRAL
B	Lucro	INTEGRAL
C	Tributos	

C.1	PIS	MISTO
C.2	COFINS	MISTO
C.3	ISS	MISTO
Total Tributos		MISTO
Total do Módulo 6		MISTO

Legenda:

PRO RATA DIE - 30: verba paga de forma proporcional ao mês comercial (30 dias), descontando os dias sem prestação de serviço;

PRO RATA DIE - 20: verba paga de forma proporcional à média mensal de dias úteis (20 dias), descontando os dias sem prestação de serviço;

INTEGRAL: verba paga de forma integral, não descontando os dias sem prestação de serviço;

INTEGRAL:** verba da conta vinculada, paga de forma integral, seguindo critérios legais de apuração de avos;

MISTO: verba paga parte de forma integral, parte pro rata die.